



**OS "MOÇOS CHICS" NO TELHADO:
IMPREENSA, ORDEM URBANA E O
PACTO DE SILÊNCIO DOS PERIÓDICOS
SOBRE O UNIVERSO PRIVADO DAS
ELITES – SÃO JOÃO DEL-REI/MG, 1917**

SÉFORA SEMÍRAMIS SUTIL* 
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BRASIL

ARTHUR MARINHO SILVA VARGAS** 
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS
GERAIS, BELO HORIZONTE, BRASIL

RESUMO

Este artigo analisa como a imprensa da cidade mineira de São João del-Rei lidava com condutas desviantes dos padrões normativos de membros das elites locais. A defesa e promoção de uma ordem urbana disciplinadora estava em processo, no Brasil, desde o século XIX. A análise de um caso envolvendo a transgressão de um acordo entre elites e imprensa locais insere-se, pois, à perspectiva da Micro-História. O caso foi a tentativa de empastelamento do periódico A Nota por rapazes de famílias importantes após terem seus nomes expostos em matérias desse jornal. Ao examinar suas circunstâncias e consequências, desvela-se a quebra de um pacto entre as autoridades, as folhas e as famílias das elites para poupar certos nomes sem deixar de lado o empenho disciplinador. O que prova a existência de estratégias de controle social específicas para cada seguimento social.

Palavras-chave: Imprensa; elites; São João del-Rei.

ABSTRACT

This paper analyzes how the press in the city of São João del-Rei dealt with the deviant behavior of members of the local elites. The defense and promotion of a disciplinary urban order had been in progress, in Brazil, since the 19th Century. The analysis of a case involving the transgression of an agreement between the elites and the local press, therefore, it is part of the perspective of Micro-History. The case was the attempt to destroy the periodical A Nota by young men of the important families after the periodical having exposed their names in articles in this newspaper. By examining the circumstances and consequences of the breach of a pact between the authorities, the leaves and the families of the elites are revealed to spare certain names without leaving aside the disciplinary effort. This proves the existence of specific strategies to control each social class.

Keywords: Press; elites; São João del-Rei.

* Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: seforasemiramis@gmail.com.

** Mestre pelo programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Email: arthurmsvargas@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Na noite do dia 15 de Julho de 1917 quem passava pela Rua Marechal Bittencourt (Rua do Comércio), na cidade mineira de São João Del-Rei, talvez tenha estranhado a presença de dois praças de polícia em frente ao diário *A Nota* (1917-1918). Eles protegiam o prédio 14A de tentativas de invasão ou dano. As circunstâncias eram insólitas, dado que algumas das ameaças feitas contra o periódico advieram de José Lopes Sobrinho que, além de personagem fundamental da vida cultural local, era ninguém menos do que um dos fundadores e redatores da *Nota*. Fora ele, aliás, o formulador principal do artigo-programa “Nós”¹.

Desde dias antes a cidade estava em polvorosa devido a artigos publicados pelo jornal evidenciando “o modo de proceder de uns moços ‘chics’ que vêm [...] trazendo em sobressaltos constantes a família São Joanense”. A reação dos tais “moços ‘chics’” deixou o clima ainda mais tenso. Em resposta, o periódico revelou os nomes dos rapazes aos leitores. A decisão da *Nota* veio após o professor Waldemar Magalhães², o Chefe de Trem da Oeste de Minas, Guilherme Teixeira, juntamente com Mário Alves e Samuel Lopes, irmão de Lopes Sobrinho, terem discutido com Antônio Coelho dos Santos, um dos proprietários do periódico. O episódio aconteceu em camarote do Teatro Municipal. Magalhães, enfurecido, dizia “em palavras impróprias [...] que escangalharia com isto tudo, que empastelaria o nosso jornal”³. Palavras fortes as proferidas pelo professor, se formos acreditar na integralidade dos termos que o periódico colocou como sendo de sua lavra.

No dia seguinte, José Lopes Sobrinho, fora há algum tempo da *Nota*, teve uma carta sua publicada no jornal. Ele declarava que não continuaria colaborando com uma folha que atacava o nome do seu irmão e de seus amigos, muito menos a “assistir impassível” ao que se falava deles, injustamente classificados como “capangas do Dr. Waldemar”. Na carta, afirmava que Samuel e seus colegas teriam agido como agiram em defesa do amigo professor “e não como sequazes” porque eram de famílias “conhecidas e respeitáveis em S. João”. Magoado e sob protesto, despedia-se para sempre do periódico. Mas seu ressentimento não foi capaz de demover os responsáveis da *Nota*. Na sequência, eles publicaram uma resposta dizendo que, em vista do seu compromisso com a independência, nada poderiam fazer pelo irmão do

1 *A Nota*, São João del-Rei, 14 jul. 1917, ano I, n. 63.

2 Waldemar Magalhães era professor do elitista Colégio Nossa Senhora das Dores, membro da riquíssima família Magalhães, filho do banqueiro Eduardo Magalhães e neto de Custódio de Almeida Magalhães (*A REFORMA*, 26/07/1917).

3 *A Nota*, São João del-Rei, 12 jul. 1917, ano I, n. 61.

ex-companheiro de redação. Ainda mais por estar Samuel, segundo a *Nota*, envolvido em um processo-crime⁴. A folha, por outro lado, justificava seu procedimento na receptividade que teria tido junto à população sanjoanense com a exposição do escândalo. Por fim, agradeceu o trabalho de Lopes Sobrinho⁵.

A ausência de um recuo desagradou ao ex-colaborador. Ele mandou então distribuir um boletim contra os “insultos” e garantiu lutar “em todo terreno”. Para ele, “insultar” a Samuel e seus companheiros seria o mesmo que “esbofetear-me”, obrigando-o ao embate com “fins, talvez funestos”⁶. Foi esse clima de tensão que motivou a colocação dos soldados de polícia na porta da redação do periódico. Desde o dia 11 de julho os responsáveis pela *Nota* haviam pedido ao delegado garantias de proteção⁷.

Essa situação nos suscita algumas perguntas. Qual era o tipo de procedimento dos “moços chics” que desagradava ao jornal e como isso iria de encontro ao programa por ele estabelecido? Quais foram as consequências do clima de tensão? O que, enfim, explica o procedimento da *Nota* e a reação dos rapazes? Para respondê-las, analisaremos esse caso, diga-se excepcional, a fim de compreender como as folhas locais, a partir das autoimagens construídas de si e de sua atuação na esfera pública, num contexto de tentativa de retomada da importância de São João del-Rei no cenário mineiro, com consequências sobre as formas de controle da cidade e da vida dos seus habitantes, tratavam do comportamento antinormativo, de âmbito privado, de suas elites. Além de compreender de que maneira o rompimento de um acordo prévio, tácito, não oficializado, porém necessário para a preservação da honra das famílias importantes, determinou as cenas de agressão e tiroteio da madrugada de 15 de julho de 1917. A leitura das fontes dar-se-á pela análise qualitativa dos artigos jornalísticos que denunciavam o comportamento indesejado de membros das elites e do processo-crime instaurado após as cenas de violência. Tal método se assenta na perspectiva da Micro-História, uma vez que se vale de um caso em específico para abordar e problematizar uma temática corrente desde o século XIX – a do controle moral das famílias a fim de contribuir para a consolidação da sociedade moderna.

4 Não encontramos esse processo em específico, apenas o dos eventos do dia 15 de Julho. Como o acervo de processos-crimes não está totalmente catalogado pode ser que ele ainda exista e esteja guardado. Sabe-se, pela leitura da *Nota*, que esse processo versava sobre uma acusação de ter Samuel Lopes provocado “ferimentos na pessoa de um sargento do Exército”. In: *A Nota*, São João del-Rei, 18 jul. 1917, ano I, n. 67.

5 *A Nota*, São João del-Rei, 14 jul. 1917, ano I, n. 63.

6 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei (IPHAN-SJDR). *Processo-Crime contra José Lopes Sobrinho e outros*, Caixa R 121(215), 1917, fl. 6. Doravante: IPHAN-SJDR, PC, ex. R 121(215), 1917.

7 *A Nota*, São João del-Rei, 12 jul. 1917, ano I, n. 62.

O PROGRAMA DA NOTA E A CONDUTA ANTINORMATIVA DOS “MOÇOS CHICS”

Antes de seguirmos para os eventos da madrugada do dia 15 de julho de 1917, é preciso entender no que consistia esse “proceder” dos “moços chics”. Compreender como isso se chocou com o programa da *Nota*, idealizado por José Lopes Sobrinho, e de que modo a reação do periódico resultou nas ameaças de empastelamento.

A *Nota* começou a circular em maio de 1917. Foi o segundo diário publicado em São João del-Rei e, como seu antecessor, teve vida curta⁸. Encerrou as atividades no ano seguinte pelos efeitos da crise econômica originada da Primeira Guerra Mundial. De pequeno formato, era rodado na Tipografia S. José⁹. A redação era composta por professores, profissionais liberais e funcionários públicos¹⁰. Seus responsáveis intentavam substituir o antecessor *O Zuavo* com uma folha de publicação diária¹¹. A falta de qualidade gráfica, se comparada com outros colegas, era compensada pelo fato da *Nota* ser diária. Para os redatores, seu aparecimento marcaria “uma segunda fase da imprensa diária em S. João”, já que se não inauguravam, davam prosseguimento a um formato incomum na história dos periódicos locais¹². Acreditavam na receptividade dos leitores devido ao “fim exclusivo de trabalhar para o engrandecimento dessa cidade”¹³.

O projeto da *Nota* assentava-se na ideia da existência de representações dicotômicas sobre a cidade. Imagens positivas, demonstrando o orgulho pelo papel de São João na história e cultura brasileiras, contrapunham-se às negativas representadas pela perda de influência política e econômica em Minas Gerais. O apreço pelo passado decorria da importância que São João del-Rei teve para a história mineira e brasileira, pátria de “homens ilustres”, como

8 *A Nota*, São João del-Rei, 4 mai. 1917, ano I, n. 1.

9 A tipografia São José era de propriedade da firma Coelho & Carvalho que foi dissolvida em dezembro de 1917. O sócio Alberto Carvalho se retirou, ficando os negócios sob a gerência de Antônio Coelho dos Santos. Redação e oficina permaneceram no mesmo lugar.

10 Os redatores da *Nota*, observa Alexandre Costa, eram “negociantes [os donos dos periódicos], seus colaboradores, profissionais liberais e/ou funcionários públicos” como Antônio Coelho dos Santos, Alberto de Carvalho, Cristóvam Teixeira, José Lopes Sobrinho, Licurgo de Almeida e Gonçalo Amarante da Silva. Eram parte de uma elite composta por “advogados, negociantes, médicos, capitalistas, professores, farmacêuticos, funcionários do escritório da Oeste e de outras repartições públicas, proprietários, jornalistas”. Antônio Lara Resende reforça a ideia de uma “aristocracia elegante de classe média” formada pelo “alto funcionalismo” dos escritórios da E. F. Oeste de Minas. In: COSTA, A. J. G. *Frades na cidade de papel: a ação social católica em São João del-Rei (1905-1925)*. Dissertação de mestrado. UNICAMP, Campinas, 2000, p. 12,15; RESENDE, A. L. *Memórias 2: da Serra do Caraça à Serra do Véu da Noiva*. Belo Horizonte: Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S. A., 1972. p. 47.

11 José Lopes Sobrinho, escrevendo em julho de 1917, indicava que sua participação no novo periódico tivera início quatro meses antes, em março. In: *A Nota*, 14/07/1917, São João del-Rei.

12 Sobre a história da imprensa sanjoanense, com foco no século XIX, vide: AMARAL, A. L. *Cascudos e chimangos: imprensa e política em São João del-Rei (1876-1884)*, 2008. Dissertação de mestrado. UFJF, Juiz de Fora, 2008.

13 *A Nota*, São João del-Rei, 4 mai. 1917, ano I, n. 1.

Gastão da Cunha e os Visconde de Araxá e Ibituruna¹⁴; participante de eventos notórios como a Guerra dos Emboabas, a Inconfidência, a Revolta de 1833, a Revolução Liberal, o debate acerca da transferência da capital do Estado, em 1893¹⁵. Lugar com consideração pelas artes, pela religiosidade, educação, a cultura e civilização de seus habitantes¹⁶. Já o declínio que vivenciava se atestava pela derrota nos embates sobre a transferência da Capital¹⁷ e pela mudança da burocracia da Estrada de Ferro Oeste de Minas para Belo Horizonte em 1920.

A incongruência dos “foros” de São João del-Rei com sua presente situação seria decorrente do naufrágio de empreendimentos que contribuiriam com o progresso local. Esse problema era atribuído ora a um facciosismo das elites, ora à má administração dos governos municipais das primeiras décadas do século XX¹⁸. Divididas politicamente na maior parte do período subsequente à instalação da República, suas elites seriam incapazes de construir consensos e fazer convergir interesses, o que levou à diminuição da importância política no Estado e na União¹⁹, limitando o progresso material do Município. Os impedimentos ao desenvolvimento local eram também relacionados ao crescimento da própria E. F. Oeste de Minas, que, após sua inauguração em 1881, possibilitou a diversificação da economia sanjoanense. Aliadas à chegada de contingentes imigrantes e à constituição de algumas indústrias, evitou sua decadência²⁰, fazendo estreitar os laços com as práticas culturais, pessoas e objetos consumidos no Rio de Janeiro²¹. O crescimento da ferrovia, porém, fez com que ela pudesse prescindir de São João del-Rei e da influência de seus capitais para existência e expansão. Isso ocasionou o surgimento de outras rotas comerciais estratégicas que não precisavam mais passar pela localidade²².

14 *A Tribuna*, São João del-Rei, 16 ago. 1914, ano I, n. 4.

15 *O Repórter*, São João del-Rei, 11 ago. 1908, ano IV, n. 63.

16 *A Pátria Mineira*, 9 jan. 1890, ano I, n. 35; *O Dia*, São João del-Rei, 9 mai. 1912, ano I, n. 43.

17 *Vide*: SALGUEIRO, H. A. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In: SALGUEIRO, H. A. (org.). *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 135-181; SILVEIRA, A. J. T. *A Influenza Espanhola e a cidade planejada*: Belo Horizonte, 1918. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

18 *Opinião*, São João del-Rei, 20 jul. 1907, ano I, n. 45; *O Dia*, São João del-Rei, 27 mar. 1912, ano I, n. 9; *A Nota*, São João del-Rei, 31 jan. 1918, ano I, n. 236; *O Repórter*, São João del-Rei, 3 abr. 1910, ano V, n. 108; *A Tribuna*, São João del-Rei, 8 fev. 1920, ano VI, n. 293.

19 Isso é visível no fato de que durante as primeiras décadas do século XX, a partir de Leite de Castro, São João del-Rei tenha gravitado na órbita de Francisco Sales, político lavrense e de grande influência no Partido Republicano Mineiro. A dependência política de São João era tamanha que nos expurgos aos velhos quadros que se seguiram à ascensão de Arthur Bernardes e Raul Soares no comando do P.R.M., o então aliado de Sales no Município, Odilon de Andrade, Agente Executivo Municipal, não conseguiu eleger um aliado como o seu sucessor em 1922, fazendo com que o poder recaísse ao adversário Basílio de Magalhães, ligado à ala bernardista. In: COSTA, 2000, p. 214; WIRTH, J. D. *O fiel da balança*: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 164-166.

20 GRAÇA FILHO, A. A. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002. p. 47.

21 DUARTE, R. H. Os sinos, os carros de bois e a locomotiva em São João del-Rei: notas sobre a vida cotidiana em fins do século XIX. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 17, mar. 1997, p. 76-78.

22 *Opinião*, São João del-Rei, 6 nov. 1907, ano I, n. 36.

Para além da importância da comunhão das elites em torno desse objetivo comum, a solução encontrada para o progresso material e a volta de sua influência no estado residiria na aplicação de uma série de melhoramentos, particularmente no campo da higiene²³.

A atuação da *Nota* e dos demais periódicos se pautava num componente moral. A perda de centralidade do Município teria se dado também pelas más ações de alguns de seus filhos e representantes, pela falta de bons exemplos à população. Por isso, o periódico apelava para o “seu programa independente e linguagem áspera para os reincidentes no erro”. Dizia ter grande aceitação do público, pois faltaria à São João del-Rei um jornal “que faça justiça a quem merecer e castigue” os desviantes e que defenda os “oprimidos” que “sofrem injustamente”²⁴. Esse comprometimento com a independência e a necessidade de moralizar a sociedade sanjoanense motivava a publicação de textos que expunham fatos vergonhosos. O texto “Lá vai soco”, por exemplo, versou sobre as agressões físicas entre o chefe dos fiscais da Municipalidade e o proprietário do Cinema Avenida. O motivo da briga foi o fato de o funcionário da Municipalidade não concordar que se colocasse uma tabuleta de reclame do estabelecimento no Pavilhão do Matosinhos, nas festas lá ocorridas. Os homens foram separados pelo vice-presidente da Câmara, evitando assim “uma cena, talvez, lamentável”²⁵.

Compartilhando os anseios das elites letradas brasileiras, os periódicos locais desejavam conhecer e esquadrihar a população da cidade, “definindo lugares e destinos para cada categoria, estabelecendo disciplinas e rotinas, criando regras capazes de transformar a multidão disforme e ameaçadora em um laborioso e pacificado formigueiro humano”²⁶. Tinham a finalidade de contribuir com a disciplinarização, transformando seus habitantes em sujeitos produtivos, normatizados, adaptados às noções de trabalho e família propalados pelo discurso das elites brasileiras do período. Discursos, vale ressaltar, com forte amparo médico-científico e em que o índice de honestidade e moralidade era ditado pela capacidade das populações urbanas pobres de viverem em conformidade com a ética do trabalho e a nova norma familiar²⁷.

Além da condenação e ridicularização dos elementos desviantes²⁸, havia a proscricção do

23 *A Opinião*, São João del-Rei, 22 fev. 1908, ano I, n. 67.

24 *A Nota*, São João del-Rei, 4 mai. 1917, ano I, n. 1.

25 *A Nota*, São João del-Rei, 30 mai. 1917, ano I, n. 24.

26 CUNHA, M. C. P. *O espelho do mundo*: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1986. p. 40.

27 CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim*: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque. Campinas: Editora Unicamp, 2015; ESTEVES, M. A. *Meninas perdidas*: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989; RAGO, M. *Do cabaré ao lar*: a utopia da cidade disciplinar. São Paulo: Paz & Terra, 1987.

28 *A Nota*, São João del-Rei, 23 mai. 1917, ano I, n. 18.

que poderia corromper a vida do trabalhador pobre e o desencaminhar de seu desenvolvimento conjunto com a comunidade, caso da jogatina, perseguida pela *Nota*²⁹. Esse projeto fazia parte de “um esforço civilizador”, um empenho “na direção do disciplinamento dos costumes”. Se a primeira voga civilizatória em São João, ocorrida entre 1810 e 1844, teve como recorte a chegada da Corte Portuguesa e a derrota dos liberais após a Revolução de 1842, a segunda emergiu em fins do século XIX e início do XX, momento em que é possível vislumbrar a ideia de um Estado nacional e da noção de indivíduo. Período marcado pela Abolição e pela Proclamação da República, com seus ideais de ordem e progresso³⁰. Esse processo seria resultado do compartilhamento de valores comuns acerca de trabalho, disciplina e ordem social e que ganharam terreno no pensamento das elites brasileiras após 1888. É possível lê-lo também a partir do contexto sanjoanense em que essas demandas eram vistas como pré-requisitos para a recuperação econômica do Município.

A *Nota* partilhava de valores comuns à imprensa brasileira do período, de uma noção de independência que emergiu nas décadas de 1880-1890, pela qual “os textos pretendem sobretudo, informar, com isenção, neutralidade, imparcialidade e veracidade, sobre a realidade”³¹. Ao fazer uma releitura dessa ideia, adaptada à realidade sanjoanense, o periódico procurava defender os interesses do Município e promover o progresso local, o que significava uma campanha pela moralização da sociedade, o apelo à necessidade de melhoramentos e de maior empenho dos representantes políticos. Além de uma adequação da população às novas disciplinas e ideais sobre o trabalho. Esse seria o papel da imprensa por ser ela um “órgão político, que representa os anseios da sociedade e ao mesmo tempo é responsável pela mudança de comportamento dessa sociedade”³².

Nada mais natural que a *Nota* se colocasse em oposição ao comportamento de alguns rapazes das elites sanjoanenses que afetavam a almejada ordem urbana. Desde suas primeiras edições tratava de farras dos jovens das elites. Num dos textos denunciava que não era “de hoje que alguns rapazes ‘chics’, célebres, na zona, se entregam a ‘espinafrações’ barulhentas que não deixam sossegar as famílias”. Por seu comportamento, “seriam os maiores fregueses do ‘hotel’

29 *A Nota*, São João del-Rei, 21 mai. 1917, ano I, n. 16.

30 ADÃO, K. S. *Devoções e diversões em São João del-Rei: um estudo sobre as festas do Bom Jesus de Matosinhos (1884-1924)*. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas: 2001. p. 98-99.

31 BARBOSA, M. *História cultural da imprensa: Brasil (1800-1900)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 121.

32 SOSA, D. A. C. *Imprensa e História. Biblos*, Rio Grande, v. 19, 2006. p. 118. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/258>.

da ponte da Cadeia”, ou seja, da própria Cadeia, afinal “o desordeiro é inimigo da sociedade e a sociedade precisa conhecê-lo”. E ameaçava revelar ao público “os nomes dos perturbadores da ordem”³³.

Não revelou, mas motivou a publicação do texto que resultaria na confusão ocorrida na madrugada de 15 de julho. O número do dia 8 desse mês contava que “um grupo de boêmios ‘chics’” resolvera, na noite anterior, “lavrando um protesto contra o calçamento das nossas ruas”. Recurso irônico que, de uma vez, criticava o “pé de moleque” das vias da cidade e o comportamento da boemia chic. O protesto dizia que “Os pândegos [...] saltaram para os telhados da vizinhança, onde fizeram o ‘footing’ e alarmaram as pessoas que dormiam àquela hora”³⁴.

A matéria, de curtos três parágrafos, causou reboliço. Deu ensejo para que chegasse à redação “protestos contra o procedimento de rapazes da nossa melhor sociedade”, desses “filhos de famílias respeitabilíssimas” que optavam por “desrespeitar toda a família São Joanense e perturbar o seu sossego”. A *Nota* continuou ocultando os envolvidos. Não obstante às ameaças de publicidade, os moços continuavam suas estripulias. Depois de um espetáculo no Teatro Municipal, os jovens fizeram “grande escândalo” em frente a redação, “saindo a cena o soco e o revólver”. O periódico pediu providências enérgicas do Delegado de Polícia, caso contrário, revelaria os responsáveis³⁵. As indiretas tiveram sucesso porque, antes da confusão no Teatro, Samuel Lopes se dirigiu à redação da *Nota* para saber quem era o autor do texto do dia 11, o que deu a entender que a carapuça lhe serviu e muito bem, mesmo que não citado nominalmente. A ameaça motivou a cena nos camarotes da casa de espetáculo e a situação escalava conforme os ânimos exaltavam-se de ambas as partes³⁶.

À noite, no Teatro Municipal, o Dr. Waldemar Magalhães insultou Antônio Coelho dos Santos com todo tipo de impropério e disse que os redatores da *Nota* deveriam “desde o princípio citar o seu nome como desordeiro”. Assim se fez. Intimidado publicamente, o Sr. Coelho revelou os nomes dos “moços chics”: Waldemar Magalhães, Mário Alves, Guilherme Teixeira e Samuel Lopes. Explicitou que fora o Dr. Waldemar e seus colegas que, bêbados, andaram pelos telhados das casas da rua do Comércio, fato “conhecido de toda a cidade”.

33 *A Nota*, São João del-Rei, 6 mai. 1917; ano I, n. 3.

34 *A Nota*, São João del-Rei, 8 jul. 1917, ano I, n. 58.

35 *A Nota*, São João del-Rei, 11 jul. 1917, ano I, n. 60.

36 *A Nota*, São João del-Rei, 12 jul. 1917, ano I, n. 61.

Afirmou que o comportamento de Waldemar era lamentado pela família Magalhães e reprovado pela “sociedade S. Joanense”. Aproveitou para ressaltar que a *Nota* era um órgão “livre e muitas vezes a corretora dos costumes e dos vícios”, mesmo os das famílias mais distintas da cidade, e finalizou dizendo que o julgamento seria feito pela “sociedade”³⁷.

O texto não foi bem recebido pelos acusados. Pelo público foi sim e muito. Afinal, os exemplares se esgotaram e uma edição “sensivelmente aumentada”, colocada novamente no prelo, também esgotou. Os redatores da *Nota*, no número do dia 12, ratificaram o seu programa e argumentavam que ninguém, nem os mais distintos, “os protegidos da cidade”, deveriam ser poupados pela Lei³⁸. O clima quente motivou o rompimento de José Lopes Sobrinho com seus antigos colegas e, também, a colocação de soldados de polícia na porta do periódico. A mando do delegado, os soldados lá estavam para “não deixarem certos indivíduos que ameaçavam os proprietários do jornal ‘A Nota’ se aproximarem da Redação”³⁹. Sigamos, pois, para os acontecimentos da noite do dia 15 de julho de 1917.

De acordo com a sensacionalista primeira página do número da *Nota* sobre o ocorrido, houve na madrugada do dia 15 “graves desordens”. José Lopes Sobrinho, Samuel Lopes e Mário Alves teriam assalariado “capangas” e tentado atacar a redação, ao que se seguiu um “intenso tiroteio contra a polícia” e a “caça aos moços chics”, resultando em dois feridos. Os “desordeiros” dirigiram-se à porta da redação “para o saque”. João Félix Teixeira, um “amigo íntimo” dos envolvidos, tentou contê-los. Colocou-se à frente do jornal avaliando que o destacamento policial não era suficiente para proteger a redação, mas não somou forças para tal. Félix teria sido “miseravelmente” atacado. Os policiais “apitaram reforço” e foram acudidos por outros soldados e pelo Delegado em pessoa. Os moços “abriram cerrado fogo contra a Polícia e fugiram pela rua do Comércio”, trocando, de quando em vez, tiros com os soldados, ferindo, sem gravidade, um dos soldados. Os ditos “meliantes” evadiram “pelas casas das meretrizes da rua Comércio [sic]”, tendo início “uma verdadeira caçada”. A Polícia não teve sucesso em alcançá-los e até o momento da publicação eles não haviam sido presos. Mas, acabaram encarcerados “os senhores Juca Azevedo, Emídio Silva e detido provisoriamente o Sr. Oscar Ferreira”. O texto do jornal terminava com um convite à reflexão do quanto estava São João ameaçada por esses moços “desprezíveis”, lamentava o envolvimento de membros

37 *A Nota*, São João del-Rei, 12 jul. 1917, ano I, n. 61.

38 *A Nota*, São João del-Rei, 12 jul. 1917, ano I, n. 62.

39 IPHAN-SJDR, *PC*, cx. R 121(215), 1917, fl. 11.

de importantes famílias na defesa dos agressores por meio de um abaixo-assinado e, outra vez, destacava seu intuito de “limpar a sociedade”⁴⁰.

Em meio à repercussão que o caso teve na mídia local, instaurou-se um processo-crime contra os envolvidos. Mas, dias depois, segundo pronunciamento dos redatores da *Nota*, a cidade voltara a uma relativa normalidade⁴¹. Apesar de mais outro texto, assinado por Gonçalo Amarante Júnior, secretário da Câmara e novo redator, defender a postura da *Nota*⁴², um lapso temporal, representado pela ausência de edições entre julho e outubro de 1917, não nos possibilita acompanhar os desdobramentos a médio prazo pela ótica do periódico. Porém, sabemos que o processo foi julgado improcedente no ano seguinte e as acusações de todos os envolvidos foram retiradas.

Ao tomarmos essa conjunção de fatores podemos levantar as questões que são o cerne dos objetivos que decidimos, em parte, retardar até agora em função da exposição desse quadro maior. Assim, é preciso indagar: a) Por que houve um descompasso entre o programa da *Nota* e as ações de seu principal formulador quando de uma situação que também compreendia os compromissos do periódico? b) Por que a exposição afetava mais uns envolvidos do que outros, comparando, por exemplo, o chefe dos fiscais e os “moços chics”? c) Qual foi, dentre os tópicos sensíveis que a *Nota* cutucava, o que levou a tal reação violenta? d) Conquanto à independência, o procedimento da *Nota* seria diferente do de seus colegas da imprensa local quanto às questões relativas à ordem urbana, aos hábitos, comportamentos e costumes dos habitantes de São João? e) Com o degradingolar da situação, quais foram as estratégias assumidas pelas partes envolvidas para a sua resolução?

A HONRA ATACADA NOS PLANOS INDIVIDUAL, FAMILIAR E COMUNITÁRIO

Esse ponto nos obriga a uma dupla precaução: cuidado com as fontes periódicas e cuidado com as fontes judiciais. Os impressos, por mais que digam o contrário, não são isentos de parcialidade. O discurso jornalístico “obedece às regras históricas e é o resultado de uma posição sócio-histórica, na qual os enunciadores se revelam substituíveis e o conteúdo apresentado está visceralmente ligado ao seu tempo”. Estão “balizados pelo contexto em que foram criados”. A imprensa “seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma,

40 *A Nota*, São João del-Rei, 15 jul. 1917, ano I, n. 64.

41 *A Nota*, São João del-Rei, 18 jul. 1917, ano I, n. 67.

42 *A Nota*, São João del-Rei, 23 jul. 1917, ano I, n. 71.

aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”⁴³. Os textos publicados pela *Nota* sobre as atitudes dos moços chics e os eventos da madrugada do dia 15 de julho estão permeados de julgamentos, omissões, construções e leituras que procuraram criar uma coerência, uma lógica interna para suas próprias posições. A riqueza dos processos-crime, enquanto fonte, esconde-se numa imprescindível atenção aos discursos. Discursos que, embora sofram efeito de uma “mediação oficial”, contêm uma pluralidade de versões que procuram convencer o interlocutor de sua veracidade. Essa documentação é marcada pelo fato da Justiça documentar “situações excepcionais”. Contudo, observando as entrelinhas, é possível ver as mentiras ou “posturas morais” inventadas, a verossimilhança, o que ajuda “a traçar os limites da moralidade comum”⁴⁴. A verossimilhança deve ser buscada no entendimento de como os discursos foram construídos⁴⁵. Opinião partilhada por Sidney Chalhou, que pontua que as versões devem ser vistas como “símbolos ou interpretações cujos significados cabe desvendar”⁴⁶.

Para esse caso, é coerente destacar dois fatos importantes: 1) trata-se de um único processo, por isso procuramos aperceber-nos de seus elementos comuns para reconstruir a lógica que teria pautado as ações e estratégias, o que será feito a partir da leitura atenta do contexto de produção desses discursos. Ou seja, verificar como eles relacionam-se com o projeto de normatização de condutas sob uma lógica de valorização do trabalho e da norma familiar no Pós-Abolição, bem como as tentativas de colocação desses discursos como padrão hegemônico de pensamento e ação dos habitantes de São João del-Rei; 2) trata-se de um processo envolvendo um grupo específico, heterogêneo e atípico de pessoas, isto é, um confronto entre membros das elites sanjoanenses e trabalhadores comuns, como policiais e comerciantes. Do que decorre que o comportamento dos envolvidos não era padrão nem das elites locais e nem da população de um modo geral. Isso seria de fato concluído se o tomássemos em conjunto com outros processos, ainda que reveladores da maneira como essas elites tratavam das suas questões privadas.

Pela excepcionalidade do caso, pelo conjunto de implicações que provocou – amigos e familiares de um homem de letras envolvidos numa briga que tinha como pano de fundo a ameaça de empastelamento do periódico no qual ele fora fundador e redator –, podemos tomar esses

43 SOSA, Derocina Alves Campos. Imprensa e História. *Biblos*, Rio Grande, v. 19, 2006, p. 118. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/258>. Acesso em: 10 abr. 2022.

44 CAULFIELD, S. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000 [2005]. p. 38-39.

45 GRINBERG, K. Processos Criminais: A história nos porões dos arquivos judiciários. In: LUCA, T. R.; PINSKY, C. B. (orgs.) *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora contexto, 2011. p. 126-128.

46 CHALHOUB, 2015, p. 40.

eventos como um “caso-limite”. Um caso que “permite circunscrever as possibilidades latentes de algo [...] que nos chega apenas através de documentos fragmentários e deformados”⁴⁷. E aqui se trata da maneira como as elites sanjoanenses lidavam com os desviantes, as transgressões aos padrões normativos diante do projeto de construção de uma ordem urbana que, pela ausência de fontes e pelos silêncios frequentes, dificilmente seria apercebida de outro modo.

Como dizíamos, a confusão da madrugada do dia 15 de julho resultou num processo-crime movido contra José Lopes Sobrinho, Samuel Lopes, Otacílio Lopes, Mário Alves Rosas, Oscar Ferreira e João Félix Teixeira. No processo consta que na noite de 14 para 15, lá pela meia-noite e meia, achavam-se nos Quatro Cantos, apelido da esquina da Rua do Comércio com a Municipal, João Félix Teixeira e Mário Inácio Pereira, quando por eles passou Samuel Lopes. João Félix teria proferido “uma frase ofensiva a Samuel Lopes, que respondeu com outra, que Mário Inácio Pereira entendeu que envolvia um insulto ao povo desta cidade”. Mário Pereira teria censurado Samuel, que partiu para agressão, dando-lhe um soco. José Lopes Sobrinho, Mário Alves Rosas, Oscar Ferreira e Jorge Victor dos Santos entraram na briga em apoio a Samuel⁴⁸.

Os testemunhos e depoimentos do processo-crime apresentavam novos detalhes sobre como teria iniciado a confusão do fatídico dia 15 de julho. Nada muito esclarecedor, visto que as testemunhas não estavam certas sobre quem teria agredido quem primeiro – o que não impediu a abertura do processo-crime pelo Delegado. Como não cabe aqui esmiuçar os trâmites processuais, passemos, pois, às informações que nos auxiliarão a responder às questões colocadas anteriormente.

Os depoimentos revelam como os envolvidos serviram-se de certas referências sobre os outros e sobre si para embasarem suas versões. Referências essas relacionadas à identidade local, à valorização do trabalho e à desqualificação da imoralidade. As testemunhas também deram suas versões sobre a reputação dos envolvidos. É a partir dos elementos comuns dos discursos, desvelando conceitos pessoais, noções de honra e moralidade, que poderemos entender a motivação por detrás das ameaças e cenas de violência. Noutras palavras, não interessa tanto saber quem agrediu quem, mas quais as razões que levaram a tal. A questão da conduta dos envolvidos, tema presente nos debates que se seguiram na imprensa sanjoanense, é central na análise desse caso, pois parece que os conflitos tiveram origem numa desqualificação da honra.

47 GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [2016]. p. 21.

48 IPHAN-SJDR, PC, cx. R 121(215), 1917, fl. 2.

A questão da honra foi diversas vezes mobilizada. O texto da *Nota* que retifica sua narrativa dos fatos, por exemplo, reforça a suposta ofensa da honra dos habitantes após Samuel ter proferir “pesado insulto à sociedade S. Joanense”⁴⁹. Os ataques a Samuel e José Lopes Sobrinho e seus companheiros pautam-se numa tripla desqualificação do grupo porque a atitude dos “moços chics” seria reprovável no nível individual, por ser a eles vergonhosa; no nível familiar, por colocar em xeque a honra das suas famílias; no nível da comunidade, devido ao insulto aos moradores e por rejeitar a ordem urbana. Seriam, portanto, arruaceiros comuns, incapazes de cuidar do renome familiar e refratários à identidade local.

Sobre a reputação dos “moços chics” e seu desprezo pela comunidade, Mário Inácio Pereira, um envolvido, contou em seu depoimento ter sido agredido fisicamente por Samuel e sua trupe após os ter repreendido sobre a ofensa à população sanjoanense. Samuel teria dito que o “povo de São João d’El Rei, é uma porcada, são uns filhos da puta”. Mário confirmou que os rapazes eram de reputação duvidosa e que era “público e notório, que tanto Samuel Lopes e Mário Alves são desordeiros habituais”⁵⁰. Desse modo, o depoente teria se sentido “ofendido por ser filho de São João del-Rei e serem esses insultos dirigidos a esse povo”⁵¹. Depoimento semelhante teve João Félix Teixeira, “simples curioso”, que além de reafirmar os termos que Samuel teria empregado, notara que eles desrespeitaram a polícia quando os soldados tentaram intervir na situação⁵².

Há outros relatos que confirmam a reputação boêmia dos envolvidos, embora alguns assumam um tom mais ameno, até nostálgicos. Mário Alves era lembrado como um “Mefistófoles notívago”, a “puxar para ceias alegres anciões solteirinhos e joviais”, como o médico Elói Reis⁵³; José Lopes Sobrinho era recordado como “popularíssimo, sóbrio, natural e estudioso” nos clubes teatrais que ajudou a organizar, “brilhando sempre como astro de primeira grandeza”⁵⁴. Os textos contemporâneos mostram a verve boêmia e culturalmente engajada deles, ao mesmo tempo em que indicam sua inserção nas redes de sociabilidade locais. Lopes Sobrinho, por exemplo, além dos clubes teatrais fazia parte da Linha de Tiro 216⁵⁵, redigia a *Evolução* (1913-

49 *A Nota*, São João del-Rei, 16 jul. 1917, ano I, n. 65.

50 IPHAN-SJDR, *PC*, cx. R 121(215), 1917, fl. 13, 47-49.

51 IPHAN-SJDR, *PC*, cx. R 121(215), 1917, fl. 13, 47-49.

52 IPHAN-SJDR, *PC*, cx. R 121(215), 1917, fl. 13, 47-49.

53 RESENDE, 1972, p. 50.

54 GUERRA, A. *Pequena história de teatro, circo, música e variedades em São João del-Rei (1717-1967)*. Juiz de Fora: Esdeva, 1967. p. 104.

55 *A Evolução*, São João del-Rei, 9 set. 1913, ano I, n. 5.

1915) e integrava o Athletic Club como seu Representante Oficial⁵⁶, sendo considerado pela colega *Tribuna* “um dos vultos mais populares desta cidade”⁵⁷.

Algumas falas indicam que o comportamento boêmio não tinha boa repercussão para parcelas da população ou ainda que era estigmatizado como forma de reforçar a ideia de predisposição para a violência do grupo de Lopes Sobrinho. O soldado de Polícia Joviano Gomes da Silva, envolvido na confusão da madrugada de 15 de julho, afirmava que os denunciados seriam “quase todos farristas [grifos no original]”. Mário Inácio Pereira garantia ser “público e notório, que tanto Samuel Lopes e Mário Alves são desordeiros habituais”. Talvez fosse esse caráter “público e notório” do comportamento pregresso dos acusados que fizera João José de Freitas, vendedor de pastéis nos Quatro Cantos, afirmar os maus “precedentes” de Samuel e José Lopes Sobrinho, registrados, no seu testemunho, como “provocadores”⁵⁸. O comportamento dos “moços chics” seria, então, desonroso para suas famílias – e o mais importante, boas famílias, e, se formos crer nas testemunhas, para a própria cidade de São João del-Rei.

A honra aqui aparece como um elemento discursivo e simbólico importante para se compreender as estratégias dos adversários de Lopes Sobrinho, Waldemar Magalhães e seu grupo. Nas sociedades fortemente hierarquizadas, a honra é um atributo inerente aos de bom nascimento, algo vindo de berço. Porém, “a preservação do *status* de honradez da família depende da forma como o herdeiro se comporta socialmente. A incongruência entre a posição familiar e as ações no presente pode resultar em perda de prestígio social”. Como a honra é parte de “um ‘sistema de valores’ que precisa do assentimento dos outros”, é necessário um exercício e um cuidado contínuos para a sua preservação⁵⁹. Há, nesse sentido, o reconhecimento da permanência de valores tradicionais sobre a honra pessoal e familiar herdados do período colonial e escravocrata. A novidade é a necessidade de adequação, mesmo dos membros das elites locais, à uma concepção burguesa de ordem urbana. Todavia, os dispositivos normativos tinham um campo de ação diferente para os diversos segmentos dessa comunidade, para as elites e as camadas populares.

Ao apelar para a questão da honra, a *Nota* e seus aliados procuravam, por um lado, desqualificar os adversários, rebaixando-os ao nível de desordeiros comuns e de inimigos das

56 CINTRA, S. *Efemérides de São João del-Rei*. 2ª ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. v.2, p. 335.

57 *A Tribuna*, São João del-Rei, 9 ago. 1914, ano I, n. 3.

58 IPHAN-SJDR, PC, ex. R 121(215), 1917, fl. 56, 13, 44. (grifos do original).

59 SUTIL, S. S. *Os sentidos da honra: virtudes femininas no universo masculino na região de Formiga/MG (1820-1870)*. Dissertação de mestrado. UFSJ, São João del-Rei, 2020. p. 25-26.

tradições da cidade, ou seja, apontando sua desonra e, por outro, preservar o nome das principais famílias. Faziam, assim, um corte entre elas e seus frutos podres, jovens incompatíveis com a as representações do proceder da “nossa melhor sociedade”.

Vale ressaltarmos os mecanismos da honra coletiva – aquela que diz respeito à honradez da comunidade como um todo. A honra coletiva advém da honra individual e familiar dos membros das famílias distintas. Assim, a preocupação com o comportamento de certos indivíduos tem também o sentido de preservar a honra da cidade. Para perpetuação da honra das principais famílias da localidade, com efeito, da honra coletiva, era preciso a poda daqueles que não conseguiam reproduzir os padrões ideais de conduta social adequado a esse *status* social da identidade individual e coletiva que, ligada a concepções das elites sanjoanenses sobre si próprias e que transplantadas para o conjunto dos habitantes do lugar, queriam-se hegemônicas⁶⁰. Esse ponto será discutido adiante por se tratar de tema determinante para o entendimento da solidariedade firmada para preservar o nome dos envolvidos ao mesmo tempo em que mantinha a ordem social.

José Lopes Sobrinho e seus colegas também apresentaram suas versões dos fatos, versões que igualmente se amparavam em questões de honra, mas que perpassavam outras variáveis. Se a honra das famílias envolvidas fora mobilizada pelos adversários de Lopes Sobrinho para justificar o procedimento da *Nota* e condenar a atuação dos “moços chics” no incidente da madrugada do dia 15, esse ponto também fora levantado num primeiro momento para legitimar o procedimento violento por parte de Samuel, seu irmão e seus amigos. Como nos recorda o panfleto do ex-redator da *Nota*, pretendia defender Waldemar Magalhães – “pertencente à família que é considerada um patrimônio desta terra” – seus amigos e sua própria família, na figura de seu irmão Samuel. Tirando as falas de Mário Inácio, João Félix e dos soldados que depuseram – em que o tema surge tanto para explicar a presença dos envolvidos na rua durante aquela hora, quanto para embasar os maus precedentes deles –, a ameaça de empastelamento da redação da *Nota* desaparece nos discursos do grupo de Lopes Sobrinho. Esses estão mais centrados no contexto imediato que teria gerado o “verdadeiro rolo de bolo” que teve lugar, para utilizarmos a expressão do pasteleiro João José de Freitas, numa tentativa de explicar porque os presentes nos Quatro Cantos teriam descambado para a mútua agressão e disparo de armas de fogo⁶¹.

60 Idem, p. 25-29.

61 IPHAN-SJDR, *PC*, cx. R 121(215), 1917, fl. 6, 45.

O empastelamento não surge nas falas dos acusados, mas a questão da honra se mantém como justificativa de suas condutas, porém, partindo de outro ponto: a honra individual ferida. Samuel Lopes e seus colegas, durante os depoimentos, tentaram fazer crer que o insulto não se direcionava à população sanjoanense, mas a João Félix e Mário Pereira em específico, por certas palavras que esses disseram e que, por tocarem num ponto fundamental da honra masculina, a virilidade, demandava uma reação espontânea. De acordo com Oscar Ferreira da Silva, amigo dos rapazes, Samuel e seus amigos foram provocados com termos que diziam respeito à relação, implicitamente desigual, com Waldemar Magalhães: “eles estão tristes porque o macho deles foi para o Rio, eles estão viúvas”. Samuel teria então respondido à provocação, daí escalando para uma briga generalizada⁶².

O rebaixamento de um homem por outro homem – pela exposição de fraqueza, vulnerabilidade ou impotência, negação de seus atributos viris, de seu papel de macho – seria uma forma de colocar o outro em posição hierarquicamente inferior⁶³. A virilidade é a principal virtude da honra masculina porque remete à potência, força física e simbólica, atributo designado aos homens desde a formação das sociedades androcêntricas⁶⁴. A demonstração de força, bravura ou coragem distingue o gênero masculino do feminino, o que é viril do que é passivo. Logo, atacar a virilidade de um homem é compará-lo ao sexo oposto, com efeito, é questionar sua masculinidade. A honra individual, proveniente da conduta pessoal e não necessariamente atrelada “à rede de relações”, foi mobilizada pelo grupo de José Lopes Sobrinho “como direito inato e um recurso familiar”. Lutar por todos os meios, como pregava José Lopes Sobrinho, e agredir alguém que sugeria uma ideia de passividade e sujeição femininas foi uma maneira tanto de ratificar a honra em nível pessoal, quanto em nível familiar. Como se tratasse de uma invalidação de sua virilidade, por conseguinte, de sua própria honra, fazia-se necessário uma “disputa pública” que evidenciasse sua disposição de humilhar aqueles que os humilharam com o fim de preservar a reputação⁶⁵.

Não reagir a uma ofensa que coloca em xeque a masculinidade implicaria fraqueza e passividade, qualidades que remetem ao gênero oposto. As ameaças de empastelamento e depois

62 IPHAN-SJDR, PC, cx. R 121(215), 1917, fl. 29, 22; 2.

63 HAROCHE, C. Antropologias da virilidade: o medo da impotência. In: COURTINE, J. *História da Virilidade 3: a virilidade em crise?* (séculos XX e XXI). Petrópolis: Vozes, 2013. p. 29.

64 BOURDIEU, P. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020. p. 86-92.

65 PITT-RIVERS, J. Honour and social status. In: PERISTIANY, J.G. *Honor and shame: the values of mediterranean society*. London/UK: Weidenfeld and Nicolson, 1965. p. 23-24.

as agressões a Mário Pereira e João Félix seriam, portanto, a expressão do intento de proteger a honra atacada. A opção pela ameaça guarda um vínculo com a forma clássica, histórica, de reação em casos semelhantes: reação com emprego da violência tal como se fazia quando da permissão dos duelos. Porém, vai de encontro com os padrões burgueses que, pelo processo de civilização⁶⁶, forçava para a “espiritualização da honra”, ou seja, para fazer das respostas de ofensas à honra cada vez menos violentas⁶⁷.

Contudo, é preciso atentarmos que a defesa da honra, bem como a omissão das ameaças de empastelamento e a alegação de não conhecer a origem do tiro que feriu o soldado da polícia, devem ser observadas também como estratégias utilizadas, por um e outro grupo, a fim de justificar os seus atos e, mais, triunfar na justiça.

OMISSÕES E EXPOSIÇÕES DO COMPORTAMENTO PRIVADO DOS MEMBROS DAS ELITES SANJOANENSES

A necessidade de manutenção da honra familiar por um corte entre a família e seus membros inconvenientes faz parte de um processo maior, de caráter sistemático, compartilhado pelas elites sanjoanenses. Esse processo revela as estratégias da imprensa para cumprir seu papel no projeto de construção da ordem urbana burguesa ao mesmo tempo em que presava pelo compromisso de solidariedade tradicional entre os membros das elites locais. Vimos como a disciplinarização da população sanjoanense dentro desse projeto de promoção da ideologia do trabalho perpassava a atuação direta da autoridade, pelo controle dos corpos e dos espaços, como pela introjeção de determinados valores, tanto pela humilhação dos recalcitrantes, quanto pela valorização da conduta dos que se adequavam à disciplina. Os grupos das elites não estavam à margem dessa noção de ordem urbana. Sendo um projeto de cunho acentuadamente capitalista e burguês, mantinha suas ligações com os atributos tradicionais de um comportamento honroso esperado. Como havia um reconhecimento das diferenças entre o povo comum e os membros da “melhor sociedade”, o disciplinamento deveria se pautar em outros termos.

Pela leitura de outros periódicos podemos ver a assimetria de tratamento. Citemos a *Reforma* (1913-1920) em notícia sobre acontecimento semelhante: em 1913 tiros foram disparados no mesmo Quatro Cantos e em outros pontos da cidade. O responsável era um hóspede do Hotel Oeste de Minas, o maior e mais luxuoso da cidade, “pessoa distinta” a serviço

66 ELIAS, N. *O processo civilizador*. formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

67 SPIERENBURG, P. *A history of murder*: personal violence in Europe from the middle ages to the present. Cambridge: Polity, 2008.

do Estado. Não era “fato novo” distúrbios como esse, com agressões físicas e danos materiais, mas as motivações levantadas pela imprensa referiam-se ao “excesso de libações” dos membros jovens das elites. Em se tratando desses elementos, era comum que tanto a imprensa como as autoridades abafassem os casos escandalosos, como mostrou o redator Francisco Mourão: “Por considerações, por simpatia, por intervenções amistosas ou por qualquer outro motivo, a imprensa calou sempre e as autoridades arquivaram os inquéritos nos casos em que foram estes iniciados”. Intocáveis, seria normal que os desviantes se sentissem seguros, mesmo que suas peripécias ameaçassem a moral e a tranquilidade de uma “Cidade civilizada” como São João. Entretanto, a imprensa fazia a ressalva de que eram moços de boas famílias que, pelo desregramento, eram introduzidos no mundo da desordem, da ignomínia e do crime. E, no geral, as boas famílias eram protegidas quando da não divulgação do nome dos envolvidos em suas páginas. Foi o que ocorreu com o tal hóspede e seus companheiros, todos rapazes sanjoanenses⁶⁸. Esse caso nos indica que havia um *silêncio acordado*, uma *omissão deliberada*, um *pacto tácito* no tocante a exposição dos envolvidos, preservados por conta de suas relações pessoais e da posição de suas famílias na comunidade.

A preservação do nome e da honra familiar determinava a *escolha* em manter no anonimato os “moços chics”. Era também o tema da honra familiar que movia os periódicos a darem publicidade ao “milagre”, mas não ao “santo”. Já que havia igual complacência das autoridades, a imprensa apostava que a disciplinarização e normatização do comportamento dos membros das elites deveria se dar pela vergonha, o temor do “vexame”. Causaria constrangimento ao moço das elites e às suas famílias verem suas estripulias publicadas e comentadas dentro e fora do seio familiar. Dessa vergonha resultaria o autocontrole⁶⁹, a contenção de todos “quantos possam achar-se em circunstâncias favoráveis à explosão”, como pedia a *Reforma*⁷⁰. Teria sido, talvez, esse constrangimento do possível vexame, a ciência de se saber falado, o que motivou o Dr. Waldemar Magalhães dizer a Antônio Coelho dos Santos no Teatro: “Mas todo mundo sabe que sou eu!”⁷¹.

A *Nota*, até sofrer ameaças, manteve o acordo de omissão dos nomes. Mas, uma vez que

68 *A Reforma*, São João del-Rei, 13 abr. 1913, ano I, n. 2.

69 O controle se dá por meio do autocontrole e dos “sentimentos de vergonha”. A vergonha é “uma espécie de ansiedade que automaticamente se reproduz na pessoa em certas ocasiões, por força do hábito”, um “medo de degradação social” que inibe a ação do que é considerado incorreto. In: ELIAS, *op. cit.*, p. 193-194, 242.

70 *A Reforma*, São João del-Rei, 13 abr. 1913, ano I, n. 2.

71 *A Nota*, São João del-Rei, 12 jul. 1917, ano I, n. 61.

fora objeto de coações públicas de Dr. Waldemar Magalhães e seus companheiros, prometendo uma “escangalhação”, sentiu-se no direito de publicar os nomes. Por sua vez, Lopes Sobrinho e seus colegas, considerando que o pacto havia sido quebrado e que era preciso preservar a honra individual e familiar, sentiram-se no direito de revidar – e o fizeram de forma violenta.

A ideia de rompimento do acordo tanto faz sentido que motivou parcelas das elites de São João a se solidarizarem com Lopes Sobrinho e seus colegas. Simpatia expressa no abaixo-assinado que continha nomes importantes. Conquanto ao resto da imprensa, não houve consenso: Aníbal Vitral, ele próprio antigo proprietário da *Evolução*, redigida por Lopes Sobrinho, endossou o abaixo-assinado⁷²; a *Tribuna* concordou com a *Nota*⁷³; a católica *Ação Social* culpou “uns tantos moços” movidos por “boemia chic”⁷⁴; já a *Reforma* dizia não ter conseguido “apurar” os motivos, os envolvidos e a maneira como se desenrolaram os eventos do dia 15, colocando em dúvida os acontecimentos e preferindo não “penetrar muito neste infeliz e leviano incidente”⁷⁵.

Reconhecia-se que se tratava de um tema privado, mas dentro das atribuições do programa da *Nota*. Procedimento diferente, por exemplo, de quando narrou a troca de socos entre o chefe dos fiscais da Municipalidade e o proprietário do Cinema Avenida, já que eram figuras públicas. É possível notar, no geral, uma tendência de omissão dos nomes dos membros das elites sanjoanenses quando envolvidos em conflitos que ocorriam no âmbito privado ou da moral, de modo que se preservasse a posição e a respeitabilidade de suas famílias. A exposição, pois, ficava a critério da publicação. O *Resistente*, em 1899, narrou uma briga de dois homens no Hotel Central, antes amigos e a partir de então rompidos, sem contar quem eram⁷⁶. Anos depois, a *Verdade*, ao expor o abusou “da ingenuidade de senhorita de família respeitabilíssima” durante uma procissão, prudentemente omitiu o nome e sobrenome da vítima, enquanto colocou para execração pública o do assediador⁷⁷.

Após o escândalo, vinha a necessidade de abafamento de caso. Isso se deu por dois caminhos, nenhum dos quais mutuamente excludentes: o silêncio e o afastamento temporário da comunidade. Foi o que aconteceu pouco depois do dia 15 de julho de 1917. Pela imprensa,

72 *A Nota*, São João del-Rei, 15 jul. 1917, ano I, n. 64.

73 *A Nota*, São João del-Rei, 16 jul. 1917, ano I, n. 65.

74 *A Reforma*, São João del-Rei, 19 jul. 1917, ano IV, n. 29.

75 *A Reforma*, São João del-Rei, 26 jul. 1917, ano IV, n. 30.

76 *O Resistente*, São João del-Rei, 12 jan. 1899, ano IV, n. 175.

77 *A Verdade*, São João del-Rei, 21 abr. 1914, ano I, n. 13.

pouco sabemos do que ocorreu com o processo movido e com os envolvidos. Há inclusive, uma lacuna temporal na *Nota*, com a ausência das edições do final de julho até outubro de 1917. Outros jornais, como a *Reforma*, deliberaram por não mais comentar o assunto. Quanto aos acusados e testemunhas do processo-crime, tão logo o problema explodiu, tratou-se de apagar suas chamadas, fazendo com que se ausentassem, mesmo que temporariamente, do cenário dos conflitos. Lopes Sobrinho foi transferido pela Oeste de Minas para Itaúna, depois para Barra, no Rio⁷⁸. Waldemar Magalhães, após ter pedido demissão do cargo de professor, seguiu para a Capital Federal para trabalhar na casa bancária de seu pai, mudança lamentada pela *Reforma*⁷⁹. Aparentemente os soldados da polícia presentes na confusão também foram transferidos para outras cidades: um para Belo Horizonte e o outro para Barbacena⁸⁰. Já o fim do processo parece indicar um compromisso em não comprometer mais os acusados. O promotor e o juiz concluíram que, pela impossibilidade de se definir com clareza o papel de cada um dos envolvidos no ocorrido e dada a confusão dos relatos, não havia como imputar a culpa de cada um. Assim, em 1918, o processo foi encerrado e todos os acusados despronunciados⁸¹.

A cidade logo voltou à normalidade. Lopes Sobrinho retornou à terra natal e conquistou novamente seu lugar na comunidade. Construiu uma sólida reputação de amigo da cultura e homem de imprensa, contribuiu com a *Tribuna*, o *Papagaio*, dentre outros periódicos, fora sua intensa participação na vida teatral local. Hoje seu nome batiza uma rua do bairro de Matosinhos, em São João del-Rei. Samuel Lopes e Mário Alves, ou ainda outros colegas anônimos da “boemia chic”, provavelmente nunca se emendaram totalmente. Meses depois do ocorrido, a *Nota* voltou a falar de um “indivíduo insolente e provocador” que agrediu um empregado do Café Rio de Janeiro. Citou que o tal indivíduo tinha dois processos nas costas, um deles de 1917, dando a entender quem poderia ser⁸². Como provou a experiência, a exposição dos nomes não era o melhor caminho. Deixou, para a posteridade, sua fama de “Mefistófoles notívago”.

78 IPHAN-SJDR, *PC*, cx. R 121(215), 1917, fl. 40, 65.

79 *A Reforma*, São João del-Rei, 26 jul. 1917, ano IV, n. 30.

80 IPHAN-SJDR, *PC*, cx. R 121(215), 1917, fl. 50, 55.

81 IPHAN-SJDR, *PC*, cx. R 121(215), 1917, fl. 50-55, 71-73.

82 *A Nota*, São João del-Rei, 7 jan. 1918, ano I, n. 215.

CONCLUSÃO

Procuramos desvelar os mecanismos de disciplinarização de membros das elites sanjoanenses a partir dos eventos em torno da ameaça de empastelamento do periódico *A Nota*, bem como as consequências da ultrapassagem de seus limites acordados. O jornal, compartilhando noções de imparcialidade e independência, comuns a imprensa brasileira do período, defendia melhoramentos de ordem material e a disciplinarização para o trabalho e para a família dos habitantes locais como forma de alcançar a equiparação da realidade de São João, ou de uma leitura específica do real, com representações correntes que identificavam no Município uma importância política, econômica e simbólica.

Ainda que tendo como foco principal a população pobre da cidade, esse projeto também incidia sobre as elites locais, contudo, perpassando estratégias diferentes. Ao invés da humilhação explícita e da atuação direta da autoridade no controle dos corpos e espaços urbanos, os dispositivos normativos para as elites agiam de forma indireta, centrados na vergonha, no medo do falatório entre os círculos desse grupo e do temor da desonra familiar e individual. Havia um acordo tácito entre autoridades e a imprensa de São João em não implicar diretamente os filhos das elites que transgredissem os padrões normativos e disciplinares esperados. Os eventos do dia 15 de julho de 1917 foram resultados da extrapolação dessa omissão, do jogo de falas e silêncios a que deveriam se submeter os periódicos da localidade. Ao se verem ameaçados por aqueles que tentavam disciplinar, os redatores da *Nota* sentiram-se no direito de tirar do anonimato os rapazes “chics” que desafiavam a ordem urbana. A reação violenta deles pode ser encarada como uma resposta a uma quebra do acordo.

Quando a situação ultrapassou todos os limites, com os “distúrbios” violentos da madrugada do dia 15, seguiu-se uma operação que visava acalmar os ânimos dos envolvidos e preservar a honra das principais famílias e de cada um de seus membros, afastando temporariamente da cidade aqueles que foram diretamente implicados, até que a situação voltasse a uma normalidade mínima. De qualquer modo, a memória local preservou a reputação boêmia desses sujeitos, não obstante o esforço de construção de uma memória hegemônica voltada para as realizações dessas figuras, principalmente José Lopes Sobrinho, nos campos da imprensa e da cultura.

REFERÊNCIAS**Fontes**

A Evolução (1913), São João del-Rei.

A Nota (1917-1918), São João del-Rei.

A Opinião (1907), São João del-Rei.

A Pátria Mineira (1890), São João del-Rei.

A Reforma (1913-1917), São João del-Rei.

A Tribuna (1914-1920), São João del-Rei.

A Verdade (1914), São João del-Rei.

Minas-Jornal (1918), São João del-Rei.

O Dia (1912-1913), São João del-Rei.

O Repórter (1908-1910), São João del-Rei.

O Resistente (1899), São João del-Rei.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei (IPHAN-SJDR). *Processo-crime contra José Lopes Sobrinho e outros*, Caixa R 121(215); 1917.

Obras Gerais

ADÃO, Kleber do Sacramento. *Devoções e diversões em São João del-Rei: um estudo sobre as festas do Bom Jesus do Matosinhos (1884-1924)*. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas: 2001.

AMARAL, Alex Lombello. *Cascudos e chimangos: imprensa e política em São João del-Rei (1876-1884)*, 2008. Dissertação de mestrado. UFJF, Juiz de Fora: 2008.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil (1800-1900)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000 [2005].

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque*. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

CINTRA, Sebastião. *Efemérides de São João del-Rei*. 2ª ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. v. 2

COSTA, Alexandre José Gonçalves. *Frades na cidade de papel: a Ação Social Católica em São João del-Rei (1905-1925)*. Dissertação de mestrado. UNICAMP, Campinas, 2000.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1986.

DUARTE, Regina Horta. Os sinos, os carros de bois e a locomotiva em São João del-Rei: notas sobre a vida cotidiana em fins do século XIX. *Varia Historia*, n. 17, p. 71-79, Belo Horizonte: mar. 1997.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. v. 2

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [2016].

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GRINBERG, Keila. Processos Criminais: a história nos porões dos arquivos judiciários. In: LUCA, Tânia Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2011. p. 119-139.

GUERRA, Antônio. *Pequena história de teatro, circo, música e variedades em São João del-Rei (1717-1967)*. Juiz de Fora: Esdeva, 1967.

HAROCHE, Claudine. Antropologias da virilidade: o medo da impotência. In: COURTINE, Jean-Jacques. *História da Virilidade 3: a virilidade em crise? (séculos XX e XXI)*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 15-34.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

PITT-RIVERS, Julian. Honour and social status. In: PERISTIANY, J. G. *Honor and Shame: The Values of Mediterranean Society*. London/UK: Weidenfeld and Nicolson, 1965.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. São Paulo: Paz & Terra, 1987.

RESENDE, Antônio de Lara. *Memórias 2: da Serra do Caraça à Serra do Véu da Noiva*. Belo Horizonte: Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A., 1972.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das

representações às práticas. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 135-181.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *A Influenza Espanhola e a cidade planejada*: Belo Horizonte, 1918. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

SOSA, Derocina Alves Campos. *Imprensa e História. Biblos*, v. 19, p. 109-205. Rio Grande: 2006. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/258>.

SPIERENBURG, Pieter. *A history of murder: personal violence in Europe from the middle ages to the present*. Polity, 2008.

SUTIL, Séfora Semíramis. *Os sentidos da honra: virtudes femininas no universo masculino na região de Formiga/MG (1820-1870)*. Dissertação de mestrado. UFSJ, São João del-Rei: 2020.

WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Recebido em: 11/05/2022 – Aprovado em: 18/08/2022